

CONCURSO PÚBLICO para o cargo de Advogado

PROVA
S01 - P

ATENÇÃO:
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas.



**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DO FILÓSOFO EPICURO DE SAMOS PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

"O mais belo fruto da justiça é a paz da alma."

ATENÇÃO

DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.

ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO, e PROVA DISCURSIVA:

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	1
Informática Básica	5	1
Direito Civil e Processual Civil	10	2
Direito Administrativo	10	2
Direito Constitucional	10	2
Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	10	2
Direito Ambiental e Agrário	5	1

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
 - Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
 - O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
 - Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.
 - A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Respostas, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha de Respostas da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.
 - O preenchimento da Folha de Respostas será de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
 - Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
 - O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto a seguir e responda às questões propostas.

Existem pessoas frágeis, mas sexo frágil, esqueça. As mulheres nunca estiveram tão fortes, decididas, abusadas até. O que é saudável: quem não busca corajosamente sua independência acaba sobrando e vivendo de queixas. Uma sociedade de homens e mulheres que prezam sua liberdade e atingem seus objetivos é um lugar mais saudável para se viver. Realização provoca alegria.

O que não impede que prestemos atenção no que essa metamorfose pode ter de prejudicial. As mulheres se masculinizaram, é fato. Não por fora, mas por dentro. As qualidades que lhes são atribuídas hoje, e as decorrentes conquistas dessa nova maneira de estar no mundo, eram atributos considerados apenas dos homens. Agora ninguém mais tem monopólio de atributo algum: nem eles de seu perfil batalhador, nem nós da nossa afetividade. Geração *bivolt*. Homens e mulheres funcionando em dupla voltagem, com todos os atributos em comum. Mas seguimos, sim, precisando uns dos outros – como nunca.

Não são poucas as mulheres potentes que parecem conseguir tocar o barco sozinhas, sem alguém que as ajude com os remos. Mas é só impressão. Talvez não precisemos de quem reme conosco, mas há em todas nós uma necessidade ancestral de confirmar a fêmea que invariavelmente somos. E isso se dá através da maternidade, do amor e do sexo. Se não for possível ter tudo (ou não quiser), ao menos alguma dessas práticas é preciso exercer na vida íntima, caso contrário, viraremos uns tratores. Muito competentes, mas com a identidade incompleta.

Nossa virilização é interessante em muitos pontos, mas se tornará brutal se chegarmos ao exagero de declarar guerra aos nossos instintos. O.k., ser mãe não é obrigatório, ter um grande amor é sorte, e muitas fazem sexo apenas para disfarçar o desespero da solidão, mas seja qual for o contexto em que nos encontramos, é importante seguir buscando algo que nos conecte com o que nos restou de terno, aquela doçura que cada mulher sabe que ainda traz em si e que deve preservar, porque não se trata de uma fragilidade paralisante, e sim de uma característica intrínseca ao gênero, a parte de nós que se reconhece vulnerável e que não precisa se envergonhar disso. Se é igualdade que a gente quer, extra, extra: homens também são vulneráveis.

“Cuida bem de mim”, dizia o refrão de uma antiga música do Dalto, e que Nando Reis regravou recentemente. Cafona? Ora, se a gente não se desfizer da nossa prepotência e não se permitir um tantinho de insegurança e delicadeza, a construção desta “nova mulher” terá se desviado para uma

caricatura. A intenção não era a gente se transformar no estereótipo de um homem, era?

(MEDEIROS, Martha. *O Globo*: 04/04/2012)

Questão 01

A argumentação desenvolvida no texto está orientada no sentido de persuadir o leitor a concluir que:

- A) a existência do sexo frágil é um mito que vem sendo desconstruído pelas mulheres dos nossos dias.
- B) a plenitude do feminino depende da concretização conjunta de maternidade, amor e sexo.
- C) as mulheres, virilizadas na luta pela igualdade entre os sexos, precisam retomar sua identidade instintual.
- D) as mulheres se masculinizaram, o que vem tornando sua relação com os homens quase impossível.
- E) muitas mulheres fazem sexo como tentativa, geralmente inútil, de romper com o desespero da solidão.

Questão 02

Ao escrever: “O.k., ser mãe não é obrigatório, ter um grande amor é sorte, e muitas fazem sexo apenas para disfarçar o desespero da solidão [...]” (§ 4), a autora tem como fim, na argumentação:

- A) justificar ponto de vista pessoal anteriormente sustentado.
- B) fazer concessão a opinião contrária àquela que defende.
- C) introduzir argumento orientado para a conclusão do texto.
- D) contestar ponto de vista defendido por outrem.
- E) concluir linha de orientação argumentativa antes exposta.

Questão 03

A alternativa em que há equívoco na indicação do modo como a autora quer que se interprete o conteúdo de seu enunciado é:

- A) o que essa metamorfose pode ter de prejudicial (§ 2) / possibilidade
- B) seguimos, sim, precisando uns dos outros – como nunca (§ 2) / certeza
- C) que parecem conseguir tocar o barco sozinhas (§ 3) / obrigatoriedade
- D) Talvez não precisemos de quem reme conosco (§ 3) / dúvida
- E) e que deve preservar (§ 4) / necessidade

Questão 04

Há evidente equívoco na indicação do segmento de texto a que, com fins coesivos, se refere o pronome relativo empregado em:

- A) “[...] que prezam sua liberdade [...]” (§ 1) / Uma sociedade de homens e mulheres
- B) “[...] em que nos encontramos [...]” (§ 4) / o contexto
- C) “[...] que nos conecte [...]” (§ 4) / algo
- D) “[...] que cada mulher sabe que ainda traz em si [...]” (§ 4) / aquela doçura
- E) “[...] que se reconhece vulnerável [...]” (§ 4) / a parte de nós

Questão 05

O valor relacional com que se empregou no texto a preposição ou locução prepositiva em destaque está indicado equivocadamente em:

- A) “[...] nunca estiveram tão fortes, decididas, abusadas **ATÉ**.” (§ 1) / inclusão
- B) “[...] funcionando **EM** dupla voltagem [...]” (§ 2) / modo
- C) “[...] que as ajude **COM** os remos.” (§ 3) / instrumento
- D) “[...] isso se dá **ATRAVÉS** Da maternidade, do amor e do sexo.” (§ 3) / causa
- E) “[...] terá se desviado **PARA** uma caricatura.” (§ 5) / direção

Questão 06

A proposta de reescrita do texto em que se recorreu a uma perífrase é:

- A) Existem pessoas frágeis, mas sexo frágil, esqueça (§ 1) / Existem pessoas frágeis, mas nunca sexo frágil
- B) As mulheres se masculinizaram, é fato (§ 2) / Sem dúvida, as mulheres masculinizaram-se
- C) Agora ninguém mais tem monopólio de atributo algum (§ 2) / Já ninguém tem mais a exclusividade de qualquer atributo
- D) isso se dá através da maternidade, do amor e do sexo (§ 3) / isso se dá através do amor, do sexo e do ato de dar à vida um ser
- E) “Cuida bem de mim”, dizia o refrão de uma antiga música do Dalto (§ 5) / “Cuida bem de mim”, diz o refrão de Dalto

Questão 07

Nossas gramáticas entendem ser correta, no português padrão, a concordância verbal que se observa com a substituição da forma verbal proposta em:

- A) “Existem pessoas frágeis, mas sexo frágil, esqueça.” (§ 1) / Existe
- B) “[...] que prezam sua liberdade e atingem seus objetivos [...]” (§ 1) / atinge
- C) “[...] que parecem conseguir tocar o barco sozinhas [...]” (§ 3) / parece
- D) “[...] que as ajude com os remos.” (§ 3) / ajudem
- E) “[...] muitas fazem sexo apenas para disfarçar o desespero da solidão [...]” (§ 4) / disfarçarem

Questão 08

Releia-se a seguinte passagem do texto a ser reescrita:

“[...] mas seja qual for o contexto em que nos encontramos, é importante seguir buscando algo que nos conecte com o que nos restou de terno, aquela doçura que cada mulher sabe que ainda traz em si e que deve preservar, porque não se trata de uma fragilidade paralisante, e sim de uma característica intrínseca ao gênero, a parte de nós que se reconhece vulnerável e que não precisa se envergonhar disso.” (§4)

A mudança inaceitável por ferir norma da língua padrão ou alterar o sentido do enunciado está destacada em:

- A) seja qual for o contexto EM QUE nos encontramos / QUE
- B) que nos conecte COM o que nos restou de terno / A
- C) PORQUE NÃO SE TRATA de uma fragilidade paralisante / DADO NÃO SE TRATAR
- D) E SIM de uma característica / SENÃO
- E) e QUE não precisa se envergonhar DISSO / e DE QUE não precisa se envergonhar

Questão 09

O sinal de dois-pontos usado após “O que é saudável” (§ 1) e após “Agora ninguém mais tem monopólio de atributo algum” (§ 2) anuncia, respectivamente:

- A) especificação – consequência
- B) consequência – síntese
- C) justificativa – especificação
- D) síntese – discriminação
- E) discriminação – justificativa

Questão 10

A tentativa de reescrita de: “[...] se a gente não se desfizer da nossa prepotência [...]” (§ 5) em que se comete ERRO quanto à forma verbal empregada é:

- A) se a gente não contiver a tendência masculinizante
- B) se a gente não revir alguns conceitos
- C) se a gente não se dispuser a reatar o diálogo
- D) se a gente não crer na capacidade de mudar
- E) se a gente não reaver a antiga doçura

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 11

Das opções seguintes, assinale aquela que apresenta extensões de arquivos de vídeo, de áudio e de imagem, respectivamente:

- A) jpg, wmv e wav.
- B) mp3, bmp e tiff.
- C) wav, avi e png.
- D) wmv, wav e wma.
- E) jpg, avi e wav.

Questão 12

No Windows XP, a pasta pessoal para armazenamento de arquivos do usuário é conhecida como:

- A) Meu Computador.
- B) Documentos Recentes.
- C) Desktop.
- D) Meus Locais de Rede.
- E) Meus Documentos.

Questão 13

No MS Word 2010, é possível dividir o texto em colunas conforme apresentado em jornais e revistas. Na guia layout, são algumas das opções disponíveis para a configuração de colunas, EXCETO:

- A) uma.
- B) duas.
- C) condensada.
- D) esquerda.
- E) três.

Questão 14

No MS Excel 2010, ao salvar um arquivo de trabalho, são algumas das alternativas de tipos de arquivos permitidos por meio da opção “salvar como”:

- A) PDF (pdf), Planilha OpenDocument (ods) e página da web (htm e html).
- B) Microsoft Project 2010 (mpp), texto em Unicode (txt) e Dados XML (xml).
- C) Microsoft Powerpoint 2010 (pptx), página da web (htm e html) e Dados XML (xml).
- D) Metarquivo do Windows (wmf), PDF (pdf) e texto em Unicode (txt).
- E) Formato GIF (gif), planilha XML 2003 (xml) e Documento XPS (xps).

Questão 15

Nos navegadores mais recentes da Internet, existe um recurso que alerta o usuário se uma determinada página oferecerá riscos ao computador. Esse recurso é conhecido como:

- A) antispam.
- B) antiphishing.
- C) favoritos.
- D) RSS.
- E) DMZ.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Questão 16

Assinale a alternativa correta a respeito dos termos e das condições nos negócios jurídicos.

- A) Quando subordinado o negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito.
- B) O termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito.
- C) Nos contratos, presume-se o prazo em favor do credor.
- D) São lícitas as condições potestativas.
- E) As condições juridicamente impossíveis, quando suspensivas, invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.

Questão 17

Sobre os defeitos dos negócios jurídicos é correto afirmar que:

- A) se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma pode alegá-lo para anular o negócio.
- B) o falso motivo somente vicia o negócio, se expresso como determinante de sua realização.
- C) a coação exercida por terceiro não vicia o negócio jurídico, mas sujeita o terceiro à respectiva responsabilidade civil.
- D) o dolo accidental é causa de anulação do negócio jurídico.
- E) o erro de cálculo pode ser retificado ou gerar o desfazimento do negócio, a critério da parte prejudicada.

Questão 18

No contrato de seguro, durante o lapso temporal entre a comunicação do sinistro à seguradora e a ciência do segurado da recusa do pagamento da indenização:

- A) há interrupção do prazo prescricional da pretensão do segurado.
- B) há suspensão do prazo prescricional da pretensão do segurado.
- C) pende de condição suspensiva do direito do segurado.
- D) há interrupção do prazo decadencial do direito do segurado.
- E) não há suspensão de prazos prescricionais ou decadenciais da pretensão do segurado.

Questão 19

Assinale a afirmativa correta sobre cessão de crédito e assunção de dívida.

- A) É lícito ao novo devedor opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- B) A cláusula proibitiva da cessão, mesmo que conste do instrumento da obrigação, não pode ser oposta ao cessionário de boa-fé.
- C) O crédito penhorado não pode ser transferido pelo credor ciente da penhora.
- D) Salvo previsão contratual em contrário, o cedente se responsabiliza pela solvência do devedor.
- E) O cessionário não possui legitimidade ativa para perseguir em juízo o crédito objeto da cessão.

Questão 20

Acerca da sociedade simples, nas relações com terceiros, afigura-se correto afirmar que:

- A) o sócio admitido em sociedade já constituída se exime das dívidas anteriores à data da admissão, respondendo apenas por aquelas posteriores a esta data.
- B) o credor particular de sócio não pode, mesmo na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade.
- C) o sócio admitido em sociedade já constituída se exime das dívidas anteriores à data da admissão, respondendo apenas por aquelas havidas nos exercícios sociais seguintes a esta data.
- D) o cônjuge divorciado de sócio não pode exigir desde logo a parte que lhe couber na quota social, mas apenas concorrer à divisão periódica dos lucros até a liquidação.
- E) o credor particular de sócio não pode, mesmo na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber na parte que lhe tocar em liquidação.

Questão 21

A competência do foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, para todas as ações em que o espólio for réu:

- A) pode ser classificada como funcional e absoluta.
- B) incide na hipótese de desapropriação de imóvel do espólio situado em foro diverso.
- C) não prevalece sobre a competência do foro de eleição contratual.
- D) é improrrogável e sua inobservância gera vício insuscetível de convalidação.
- E) não pode ser arguida pelo espólio em exceção de incompetência.

Questão 22

A inversão *ope judicis* do ônus da prova, quando a lei assim autorizar, deve ocorrer:

- A) preferencialmente na fase de saneamento do processo, assegurando-se à parte prejudicada a oportunidade para apresentação de provas.
- B) obrigatoriamente na fase de saneamento do processo, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.
- C) preferencialmente no despacho inicial, a fim de possibilitar a ampla produção probatória, inclusive documental, logo na contestação.
- D) na sentença, pois a distribuição do ônus probatório é regra de julgamento e não de procedimento.
- E) tão logo presentes os requisitos que configurem a sua possibilidade, independentemente do momento processual, que pode ser do despacho inicial à sentença.

Questão 23

Na hipótese de liminar concedida pelo desembargador relator, em mandado de segurança de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o pedido de suspensão de segurança deve ser dirigido ao:

- A) Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe.
- B) Presidente da Câmara em que tramita o Mandado de Segurança, salvo se este for seu relator, caso em que a competência se transfere ao seu substituto legal.
- C) Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de questão federal, ou do Supremo Tribunal Federal, em se tratando de questão constitucional.
- D) próprio relator do Mandado de Segurança, para que seja conhecido e julgado pelo órgão colegiado.
- E) órgão competente para o julgamento do recurso de agravo regimental.

Questão 24

Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

- A) Incluem-se os juros moratórios na liquidação, mesmo quando omissos o pedido inicial ou a condenação.
- B) O juízo da execução não pode concluir pela desnecessidade da liquidação por artigos, sob pena de ofender coisa julgada.
- C) Quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo, far-se-á a liquidação por arbitramento.
- D) Da decisão judicial de liquidação é cabível apelação, vez que possui a natureza de sentença.
- E) Formulado pedido certo e determinado, ambas as partes têm interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.

Questão 25

Sobre a chamada “penhora de mão própria”, é correto afirmar que:

- A) não pode recair sobre crédito do executado.
- B) se manifesta como mera garantia do juízo de execução.
- C) não prefere aos bens imóveis na ordem de gradação dos bens penhoráveis.
- D) opera compensação *ope legis* até o limite do crédito do executado perante o exequente.
- E) depende da demonstração de que os frutos do imóvel do executado são suficientes para saldar a dívida executada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 26

Acerca da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) A criação de estatais é um fenômeno da desconcentração administrativa.
- B) Na criação de uma subsidiária não há a necessidade de haver a participação do Poder Legislativo.
- C) As autarquias são quase um prolongamento personalizado da Administração Pública Direta, funcionando como apêndice do Estado.
- D) As autarquias não têm os privilégios atribuídos à Fazenda Pública.
- E) As agências reguladoras não gozam de independência decisória.

Questão 27

Assinale a opção correta no que se refere aos poderes dos administradores públicos.

- A) No excesso de poder, o ato não é nulo por inteiro; naquilo que não exceder, aproveita-se.
- B) Poder de Polícia é o poder de que dispõe o Estado para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- C) Como a delegação é discricionária e definitiva, pode o delegante, a qualquer tempo, revogar para si as atribuições anteriormente transferidas ao delegado.
- D) Admite-se, no sistema constitucional brasileiro, a delegação de atribuições de um Poder para outro.
- E) Caso ocorra a absolvição em sede penal, a sentença surtirá efeitos sobre a decisão administrativa.

Questão 28

Determinada construtora propôs, perante a justiça federal, ação de cobrança contra o Banco do Brasil e a União, alegando que celebrou contrato de empreitada para a construção do edifício sede daquela sociedade de economia mista federal e que esta empresa deixou de quitar faturas referentes ao serviço. Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) As empresas de economia mista, como o Banco do Brasil, não poderão ter seus bens penhorados.
- B) A União é parte ilegítima para figurar no polo passivo.
- C) O Banco do Brasil é pessoa jurídica de direito público.
- D) O foro competente para a propositura dessa ação é o da justiça federal.
- E) As empresas de sociedade de economia mista não possuem personalidade jurídica distinta do ente político que as criou.

Questão 29

No que concerne aos princípios aplicáveis ao processo administrativo disciplinar, é correto afirmar:

- A) O comparecimento do administrado não supre irregularidade da notificação.
- B) O desatendimento às intimações importa o reconhecimento da verdade dos fatos.
- C) Na fase de instrução, quando for necessária a emissão de um parecer, este deverá ser emitido no prazo máximo de 30 dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- D) Vigora no processo administrativo, o princípio do *reformatio in pejus* para os recursos, ou seja, nos recursos, a situação do recorrente pode piorar.
- E) Se a Administração, em processo administrativo, decidir de forma a violar uma súmula vinculante, o interessado não pode impugnar a decisão por meio de recurso administrativo, afirmando que a citada decisão contraria o enunciado da súmula vinculante.

Questão 30

Assinale a opção correta no que concerne ao recurso de revisão no processo administrativo.

- A) Em matéria de revisão, pode o servidor, apresentando um fato novo, agravar ainda mais sua situação.
- B) Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, pessoa da família não poderá requerer a revisão do processo.
- C) A revisão pode ser pedida, a qualquer momento, mesmo que dela não caiba mais recurso administrativo.
- D) Da revisão poderá resultar o agravamento da sanção.
- E) A revisão admite prazo prescricional.

Questão 31

Tem o administrador a faculdade de clarificar as leis, detalhando e explicitando seus meandros, para dar executoriedade àquelas que não são autoexecutáveis, denominando-se esta competência de poder:

- A) regulamentar.
- B) disciplinar.
- C) hierárquico.
- D) de polícia.
- E) vinculado.

Questão 32

Em caso de rescisão administrativa de contrato administrativo, surgido em consequência de um de caso fortuito ou força maior, sem que tenha concorrido culpa do contratado, tem-se que:

- A) o contratado terá direito a parcelas dos lucros cessantes.
- B) o contratado terá direito a parcelas dos danos emergentes devidamente comprovados.
- C) o contratado terá direito à devolução de garantia em dobro do valor depositado.
- D) o contratado não terá direito ao pagamento do custo pela desmobilização.
- E) não lhe serão devidos pagamentos pela execução do contrato até a data da rescisão.

Questão 33

Roberval Pereira e sua mulher, estavam em sua moto transitando na Rodovia Federal BR 235, em Sergipe, com destino a Itabaiana, quando foram surpreendidos com um cavalo morto na pista, que provocou um acidente fatal para sua esposa. Diante do episódio, Roberval entra com ação de indenização por danos morais em face do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT – autarquia federal e da União, visando a responsabilização do Estado. Com base neste fato, marque a resposta correta com relação à responsabilidade civil do Estado.

- A) A responsabilidade civil do Estado, por omissão, é reconhecida, com lastro na teoria objetiva com base em julgados do STF com relação ao tema de acidentes de trânsito em estradas envolvendo animais.
- B) Segundo STF, a questão deve ser analisada com base na responsabilidade objetiva ou subjetiva, nos casos de omissão, já que é matéria de legislação constitucional – o que leva à conclusão de que o tribunal estaria entendendo, majoritariamente, ser a omissão do Poder Público atingida pelo art. 37, §6º, da CF/88.
- C) A responsabilidade civil da Administração por omissão é subjetiva, impondo-se a comprovação da culpa.
- D) A delegatária do serviço público de estradas onde ocorreu o acidente, por força de animal morto na pista, não estabelece relação de consumo com seus usuários, e por isso não está subordinada ao Código de Defesa do Consumidor.
- E) A responsabilidade civil do Estado é objetiva por danos causados por colisão de veículo com animal na pista, com fundamento na ausência de cuidado e vigilância ou pelas mesmas serem insuficientes e, por isso, a prestação do serviço se apresenta inadequada e insegura.

Questão 34

Com relação às agências reguladoras, assinale a opção correta.

- A) A nomeação de seus dirigentes depende de prévia aprovação do Poder Legislativo.
- B) Não podem litigar em juízo contra o ente federativo que as tenha criado.
- C) Podem ter suas decisões revistas por autoridades da administração a que se subordinem.
- D) Há subordinação das agências reguladoras em relação à autoridade da administração direta.
- E) Por terem natureza jurídica de autarquia, não possuem ampla função normativa.

Questão 35

Ao trafegar pelas ruas de Aracaju, eis que Antonio teve sua motocicleta apreendida e recolhida ao depósito do DETRAN local, sob o fundamento de que a placa do seu veículo não apresentava condições de visibilidade. Irresignado, o particular impetrou mandado de segurança, comprovando, por meio de documentos, que a placa da motocicleta estava em perfeitas condições de visibilidade, razão porque requereu a liberação imediata do veículo de sua propriedade sem pagamento de multa.

Considerando o texto hipotético, assinale a opção correta.

- A) O Estado sustenta que o ato de apreensão não pode ser revisto judicialmente, pois goza de presunção de legitimidade.
- B) O ato descrito contém vício no elemento “motivo”, uma vez que o motivo alegado pela Administração é materialmente inexistente.
- C) O atributo da presunção de legitimidade é absoluto, não admitindo prova em contrário.
- D) No caso em questão, não se deve aplicar a teoria dos motivos determinantes.
- E) O Judiciário não pode controlar atos discricionários, no que tange à sua legalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 36

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- A) A exigência de autorização do Poder Público para o exercício de atividade econômica é compatível com a Constituição Federal.
- B) O monopólio da União no refino do petróleo limita-se àquele extraído em território nacional.
- C) É vedado o tratamento diferenciado de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- D) As pequenas indústrias garimpeiras terão prioridade na concessão para lavra de jazidas minerais.
- E) O estatuto jurídico de empresa pública que explore atividade econômica deverá ser estabelecido por decreto.

Questão 37

Uma proposta de emenda constitucional, cuja iniciativa foi subscrita por 28 senadores, foi aprovada em dois turnos, nas duas casas legislativas, com quórum nunca inferior a 3/5, mas também nunca superior a 2/3 dos respectivos membros. A proposta, imediatamente após a aprovação, foi promulgada pela mesa do Senado e, em seguida, publicada.

No texto acima, pode-se identificar o desrespeito aos seguintes limites ao poder constituinte derivado reformador:

- A) procedimental e circunstancial.
- B) material e circunstancial.
- C) formal e de iniciativa.
- D) procedimental.
- E) implícito.

Questão 38

De acordo com as normas constitucionais sobre planejamento e orçamento, é correto afirmar que:

- A) é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- B) o projeto de lei orçamentária da União será devolvido para sanção após o encerramento da sessão legislativa.
- C) o plano plurianual, elaborado a cada dois anos, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- D) a lei de diretrizes orçamentárias será elaborada em intervalos de dois anos, e o projeto que a veicula deve ser encaminhado ao legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.
- E) a lei que institui o plano plurianual é de iniciativa do Poder Legislativo, cabendo ao Poder Executivo regulamentá-la.

Questão 39

Sobre o Mandado de Segurança, assinale a alternativa que reflete posição consolidada do Supremo Tribunal Federal.

- A) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.
- B) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- C) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros Tribunais.
- D) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- E) É constitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança.

Questão 40

De acordo com a jurisprudência constitucional sobre a advocacia pública, é correto afirmar:

- A) O titular de cargo de Procurador de autarquia deve apresentar instrumento de mandato para representá-la em juízo.
- B) Cabe aos Estados, no exercício do poder constituinte derivado, decidir pela concessão de inamovibilidade aos procuradores estaduais.
- C) É inconstitucional norma estadual que autoriza ocupante de cargo em comissão a desempenhar atribuições de assessoramento jurídico, no âmbito do Poder Executivo.
- D) Excluem-se os honorários de advogado público para fins de cálculo do teto de remuneração.
- E) É defeso às assembleias legislativas a estruturação de Procuradorias Legislativas, por se tratar de competência privativa do Poder Executivo.

Questão 41

Sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, é correto afirmar:

- A) Aplica-se à criação de regiões administrativas no Distrito Federal o mesmo procedimento utilizado para desmembramento de Municípios, por analogia.
- B) A lei complementar federal que determinará, entre outros elementos, o procedimento para criação de Municípios, não foi editada.
- C) Os atos de criação de Municípios anteriores a 2011 foram convalidados por Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- D) Faculta-se a elaboração de Estudo de Viabilidade Municipal para instruir a população que participará do plebiscito.
- E) A incorporação de Municípios localizados em região metropolitana far-se-á por lei federal.

Questão 42

Sobre o controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

- A) A desistência da ação direta de inconstitucionalidade só se concretiza com manifestação favorável do Procurador-Geral da República.
- B) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros, pode deferir medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.
- C) Não se admite medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- D) Salvo expressa manifestação em contrário, a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade torna aplicável a legislação anterior acaso existente.
- E) A petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade inepta será liminarmente indeferida, não se admitindo a interposição de agravo.

Questão 43

É(são) legitimado(s) para propor apenas incidentalmente o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, não podendo encaminhar a proposta de forma direta:

- A) o Defensor Público Geral da União.
- B) o Município.
- C) o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
- D) os Tribunais Militares.
- E) os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Questão 44

Sobre os direitos políticos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Admite-se a candidatura independente de filiação partidária no sistema eleitoral brasileiro.
- B) A condenação criminal em segunda instância provoca a suspensão dos direitos políticos.
- C) São elegíveis os estrangeiros não naturalizados, na forma da lei.
- D) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
- E) Para concorrer a outros cargos, o prefeito deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.

Questão 45

São objetivos orientadores da organização da seguridade social:

- A) irredutibilidade do valor dos benefícios, exceto para os casos previstos em lei complementar.
- B) concentração da base de financiamento.
- C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D) universalidade da cobertura e do atendimento a quem aderir ao sistema.
- E) caráter democrático, mediante gestão tripartite.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 46

No que diz respeito ao tratamento legal, doutrinário e jurisprudencial dispensado às férias pelo Direito do Trabalho, assinale a opção correta.

- A) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do trabalhador.
- B) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias após o início das mesmas.
- C) Em casos excepcionais, serão as férias concedidas em três períodos.
- D) O abono de férias deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.
- E) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

Questão 47

No que concerne a salário e remuneração, assinale a opção correta.

- A) Quando o salário houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado até o quinto dia do mês subsequente ao vencido.
- B) Consoante entendimento sumulado do TST, válida é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.
- C) Segundo entendimento sumulado do TST, a habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
- D) Segundo entendimento sumulado do TST, para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego.
- E) A legislação trabalhista não obsta a prática do *truck system*.

Questão 48

No que concerne ao tema contrato individual de trabalho, assinale a opção correta.

- A) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a um ano no mesmo tipo de atividade.
- B) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- C) No contrato individual de trabalho é suficiente a vontade das partes para prefixar sua limitação no tempo.
- D) O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 dias.
- E) A prova do contrato de trabalho será feita apenas pelas anotações constantes da CTPS.

Questão 49

Considerando o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

- A) Os dissídios individuais e coletivos cujo valor não exceda 60 salários-mínimos na data do ajuizamento da reclamação trabalhista ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- B) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas trabalhistas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- C) As reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo admitem citação por edital.
- D) A sentença trabalhista a ser proferida no procedimento sumaríssimo não pode dispensar o relatório.
- E) No procedimento sumaríssimo trabalhista, as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento mediante intimação.

Questão 50

Consoante a CLT, das decisões do Juiz nas execuções caberá o recurso de:

- A) agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.
- B) agravo retido, no prazo de 8 dias.
- C) agravo de petição, no prazo de 8 dias.
- D) agravo regimental, no prazo de 5 dias.
- E) agravo de petição, no prazo de 10 dias.

Questão 51

Considerando as normas da CLT, a doutrina e jurisprudência sobre sentença e execução trabalhista, assinale a alternativa correta.

- A) A liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
- B) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz abrirá às partes prazo sucessivo de 3 dias para impugnação fundamentada, sob pena de preclusão.
- C) É vedada, pela CLT, a liquidação de sentença por artigos.
- D) Na liquidação, não se poderá modificar ou inovar a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- E) Far-se-á liquidação por arbitramento, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

Questão 52

A respeito do tema provas no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A) O depoimento de uma testemunha poderá ser ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.
- B) Cada uma das partes poderá indicar até 5 testemunhas, inclusive quando se tratar de inquérito.
- C) Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- D) O documento em cópia oferecido para prova não poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado.
- E) O simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador torna suspeita a testemunha.

Questão 53

No que diz respeito às nulidades no processo trabalhista, assinale a opção correta.

- A) Nos processos trabalhistas, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- B) A nulidade será reconhecida quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- C) A nulidade de um ato processual prejudica todos os demais, sejam anteriores ou posteriores.
- D) As nulidades no processo do trabalho não poderão ser declaradas *ex officio* pelo juiz ou Tribunal.
- E) As nulidades no processo do trabalho somente poderão ser decretadas depois da necessária oitiva do Ministério Público do Trabalho.

Questão 54

Consoante a CLT, no processo trabalhista admite-se suspensão do feito quando oposta:

- A) preliminar de falta de interesse de agir.
- B) reconvenção.
- C) preliminar de ilegitimidade *ad causam*.
- D) exceção de suspeição.
- E) impugnação ao valor da causa.

Questão 55

Segundo a CLT, o não comparecimento do reclamante à audiência, sem motivo relevante, implica:

- A) revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- B) julgamento antecipado da lide.
- C) condenação em litigância de má-fé.
- D) julgamento de improcedência do pedido.
- E) arquivamento da reclamação trabalhista.

DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO

Questão 56

A respeito dos princípios do Direito Ambiental, é correto afirmar que:

- A) A necessidade de licenciamento ambiental fundamenta-se no princípio da prevenção, ou seja, na necessidade de se mensurar o risco desconhecido, sobre o qual não há certeza científica.
- B) O princípio do usuário-pagador impõe aos particulares a necessidade de contribuir para o emprego de recursos ambientais em atividades econômicas.
- C) Os bens ambientais, de acordo com a Constituição Federal, são de propriedade do Estado, cabendo a todos o dever de protegê-los.
- D) A internalização dos efeitos externos positivos é o cerne do princípio do poluidor-pagador.
- E) O princípio da proibição do retrocesso veda a tramitação de projetos de lei que representem alteração da protetividade ambiental.

Questão 57

Sobre o Cadastro Ambiental Rural – CAR, assinale a alternativa correta.

- A) A recomposição das áreas de reserva legal poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, em sistema agroflorestal, desde que não haja exploração econômica da área.
- B) A inscrição no CAR deverá ser requerida no prazo de dois anos, contados da sua implantação, preferencialmente junto ao órgão ambiental federal competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
- C) O Sistema de Cadastro Ambiental Rural tem como objetivo disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais em território nacional.
- D) Nos imóveis rurais com área de até um módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em cinco metros, independentemente da largura do curso d'água.
- E) O Termo de Compromisso, documento formal de adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, deve conter o compromisso de compensar Reserva Legal.

Questão 58

De acordo com as normas que estabelecem o exercício das competências administrativas em matéria ambiental, é correto afirmar que:

- A) é ação administrativa dos Municípios aprovar o manejo e a supressão de vegetação, florestas e formações sucessoras em imóveis rurais.
- B) emitir Autorização de Supressão de Vegetação é ato reservado ao ente federativo licenciador, considerando-se revogadas quaisquer disposições em contrário.
- C) para fins de licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação não será aplicado às Áreas de Proteção Ambiental – APAs.
- D) o decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência subsidiária.
- E) a lei de competências administrativas ambientais aponta, explicitamente, a transferência da competência do ente federativo àquele imediatamente superior, caso comprovada a atuação viciada do primeiro.

Questão 59

De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, a invasão do imóvel rural no curso do processo expropriatório resultará em:

- A) suspensão do processo expropriatório, em qualquer de suas fases, dados os efeitos que a invasão, assim como a expectativa de que ocorra, tem sobre a produtividade.
- B) anulação do processo expropriatório, decorrente de vício insanável na análise dos requisitos de produtividade.
- C) prosseguimento do processo, desde que posterior à conclusão da vistoria e a invasão não influencie os resultados sobre a produtividade.
- D) impedimento, em qualquer caso, a que a desapropriação se complete.
- E) mera comunicação ao juiz competente, sem efeitos sobre o processo expropriatório, que continuará em curso.

Questão 60

São exemplos de contratos agrários típicos:

- A) o arrendamento e a parceria.
- B) a empreitada e o arrendamento.
- C) o comodato e a parceria.
- D) o comodato e a empreitada.
- E) a parceria e a empreitada.

PROVA DISCURSIVA

PEÇA JURÍDICA

A EMDAGRO – SE, emprestara imóvel rural para a Empresa X, pessoa jurídica de direito privado que era sua fornecedora, para o utilizar em atividades de pesquisa agropecuária de responsabilidade da Empresa X. O comodato em questão foi firmado por escrito e sem prazo determinado.

Tendo interesse na utilização do imóvel e informada de que este era utilizado atualmente para atividades comerciais outras da Empresa X, a EMDAGRO – SE, cinco anos depois, notificou a Empresa X para denunciar o referido comodato, conferindo-lhe o prazo de 30 dias para a devolução do imóvel, cujo valor de venda se estima em R\$ 5.000.000,00 e o de locação em R\$ 20.000,00 por mês.

A Empresa X respondeu à notificação, alegando que exercerá direito de retenção pelas despesas com a conservação do imóvel, estimadas no total de R\$ 300.000,00 ao longo dos 5 anos de comodato, negando-se a desocupar o imóvel.

Diante disso, proponha a demanda judicial cabível para a defesa dos interesses da EMDAGRO – SE.

Utilize até, no máximo, 60 (sessenta) linhas para sua resposta.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Para responder às questões 01 e 02, utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas para cada uma.

Questão 01

Escreva sobre os atributos da exigibilidade e da autoexecutoriedade dos atos administrativos, apresentando conceitos, características e exemplos, bem assim suas principais notas distintivas.

Questão 02

Discorra sobre os seguintes efeitos do registro imobiliário, apontando seus respectivos conteúdos e limites:

- publicidade.
- continuidade.
- prioridade.
- especialidade.
- tipicidade.

RA SCUNHO

RASCUNHO

RA SCUNHO